

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SERGIPE – SESI-DR/SE**

CNPJ nº 03.789.474/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

1. Contexto operacional

O **Serviço Social da Indústria – SESI-DR/SE** (“**SESI-DR/SE**”) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Criado através do Decreto Lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946, em conformidade com o Regulamento do Serviço Social da Indústria. O Departamento Regional de Sergipe, é inscrito no CNPJ sob nº 03.789.474/0001- 52, sediado na Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 826, Edifício Albano Franco, Bairro Capucho, Cep 49.081-015, Aracaju - Sergipe.

O Departamento Regional de Sergipe tem como objetivo social promover e estimular a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde, lazer e responsabilidade social nas indústrias sergipanas, utilizando-se de estratégias de atendimento adaptadas à realidade Regional.

Em Sergipe, o Sesi foi fundado em 15 de maio de 1948, com a presença de autoridades e dos delegados dos Sindicatos da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, Indústria de Panificação e Confeitaria, Indústria do Açúcar, Indústria de Calçados e Indústria de Alfaiataria e Confecção de Roupas de Homem.

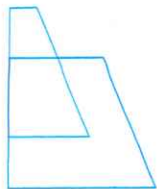
Na qualidade de serviço social autônomo, seus bens e serviços gozam de ampla imunidade fiscal e tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613/1955. Em relação as contribuições sociais, especificamente a CSLL não está sujeita por não apurar lucro, portanto, não se enquadra nas regras da Lei nº 10.833/2006. Quanto a contribuição sobre o PIS/PASEP e COFINS sobre o faturamento é isenta.

Impactos causados pela pandemia da COVID-19

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou que o Corona vírus (COVID- 19) é uma emergência de saúde mundial. Essa emergência impactou em decisões significativas de governos e entidades privadas, os agentes econômicos podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O governo federal devido ao Corona vírus criou MP nº 932/2020 que reduziu as alíquotas das contribuições. E criou também a MP nº 936/2020 convertida na Lei nº 14.020/2020 que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.





A Administração da Entidade tem monitorado atentamente os desdobramentos relacionados a pandemia de COVID-19 e a segunda onda que atingiu o Brasil a partir da segunda quinzena do mês de fevereiro de 2020, quando diversas cidades passaram a adotar medidas restritivas mais rígidas, de modo a incentivar o isolamento por parte da população brasileira.

Tais medidas fizeram com que ocorresse novamente um arrefecimento da economia, que por consequência afetou a economia mundial e brasileira. Sendo assim, foi observada em 2021, considerando a situação emergencial, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa sofreu alterações operacionais para o exercício de 2021.

Entre as medidas adotadas pelo Sesi-DR/SE, estão: a concessão de férias para 100% dos colaboradores da atividade fim e alguns da atividade meio, considerando que a maioria já tinha o período aquisitivo e a suspensão de 241 (duzentos e quarenta e um) contratos de trabalho e de 44 (quarenta e quatro) desligamentos de funcionários, cujas atividades permaneceram suspensas mediante decretos estadual e municipal, refletindo numa redução de 22,96% na despesa de pessoal e encargos.

Para manter a prestação dos serviços na área da educação, o Sesi-DR/SE melhorou suas tecnologias e disponibilizou para os alunos, através da plataforma plural dos livros digitais, o que viabilizou o estudo de forma remota.

Face as incertezas dos impactos e duração da segunda e agora de uma terceira onda de COVID-19, a Administração voltou a adotar medidas contínuas de preservação do caixa. A Operadora segue gerenciando diligentemente seus recursos financeiros, de forma a cumprir com as obrigações assumidas.

A Administração da Entidade entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa, a Entidade, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

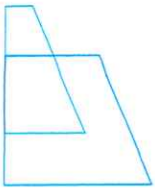
A Entidade entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19 e atender seus clientes de forma ágil e segura, com o avanço e reforço da vacinação na localidade em que atuamos. Ressalte-se que não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de um possível desdobramento da pandemia e novas variantes e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Entidade sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil

2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, em consonância com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.





A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Conjunto de demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis compõem-se dos seguintes demonstrativos:

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Balanço Orçamentário;
- ✓ Balanço Financeiro;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais;
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- ✓ Demonstração das Mutações Patrimônio Social;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração do Resultado do Exercício; e
- ✓ Notas Explicativas.

2.3. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Sesi-DR/SE e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão, quando existentes, são alocados no resultado do período.

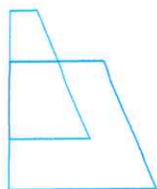
2.5. Benefícios a empregados

A Entidade não concede benefícios pós-emprego, como por exemplo complemento de aposentadoria.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A Administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.





3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundos de investimentos e títulos de renda fixa (CDB), com resgate imediato.

3.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, quando existentes, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

3.3. Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, prioritariamente na área de educação, saúde e lazer, e são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias, quando contratados.

Os contratos firmados com clientes foram mantidos com entregas no prazo, sem descontinuidade ou alterações de escopo, durante o período da pandemia.

3.4. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, é constituída de acordo com o normativo interno da Entidade, o qual determina a constituição de provisão para perda na razão de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

A Entidade revisa periodicamente suas perdas históricas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

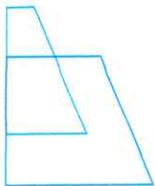
3.5. Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13ºsalário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

3.6. Departamento conta movimento

Referem-se as transações financeiras, repasses entre o Sesi/DN, Sesi DR/SE e Departamentos Regionais do Sesi em outros Estados.





3.7. Receitas a receber

Representam as receitas de contribuições compulsórias (diretas e indiretas) e subvenções (ordinária e especial), reconhecidas pelo regime de competência e não recebidas até a data do balanço.

3.8. Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as Entidades do Sistema Indústria:

3.9. Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores das operações relativas às despesas comuns realizadas entre o Sesi/DR-SE e as demais entidades do sistema (FIES, SENAI e IEL).

3.10. Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato.

3.11. Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original e possuem passivos correspondentes, a menos que, ocorra desfecho desfavorável da questão.

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.12. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da correspondente depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

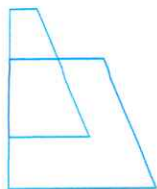
A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração as taxas anuais determinadas pela legislação fiscal, aplicadas a razão de 100% do valor do ativo, visto que, a Entidade não adota a política de considerar o valor residual do bem.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

As principais taxas de depreciação anuais são.

<u>Categoria de Ativos</u>	<u>Taxas Anuais</u>
Imóveis	2%
Mobiliário, Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Veículos e Equipamentos de Informática	20%





3.13. Férias e encargos a pagar

O montante de férias e encargos sobre férias a pagar foi calculado, com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

3.14. Provisões para Riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas anualmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Os processos judiciais da Instituição são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres da assessoria jurídica, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) a Instituição tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

3.15. Demais Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.16. Ativo e Passivo compensado

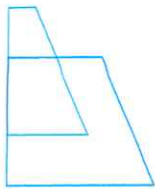
As rubricas de compensado com função precípua de controle, são utilizadas para consolidar atos e fatos relacionadas aos bens, direitos e obrigações relativas às operações realizadas pela Entidade e que não afetam de imediato as contas patrimoniais, mas que podem vir a afetar o patrimônio direta ou indiretamente.

3.17. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.17.1 Receitas Correntes: estão compostas pelas receitas de atividades próprias, tais como:





(a) **Receitas de contribuição:** referem-se aos recursos advindos da contribuição compulsória direta e indireta, incidente sobre a folha de pagamento das empresas contribuintes. As empresas recolhem ao SESI 1,5% sobre o montante da folha de pagamento desses estabelecimentos.

São contribuintes as empresas do setor industrial, transporte ferroviário e dutoviário e as de comunicações (exceto rádio e TV).

São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias. Estão apropriadas mensalmente pelo regime de competência, com base nas informações do SESI-DN, e da arrecadação direta, e ajustadas pelo valor recebido.

(b) **Transferências Correntes:** referem-se a receitas de auxílios regulamentares, financeiro e subvenções especiais e ordinárias, repassados pelo SESI-DN, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.

(c) **Receitas e despesas financeiras:** representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

(d) **Receitas de Capital:** consolidam os registros das subvenções e auxílios, com a finalidade de execução orçamentária, e da alienação de bens.

3.17.2 Despesas Operacionais: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.

(a) **Despesas Correntes:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

(b) **Despesas de Capital:** consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital, com a finalidade de execução orçamentária.

3.18. Instrumentos financeiros

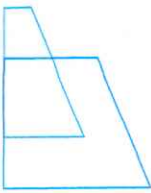
3.18.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber – arrecadação e departamento conta movimento.

Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.





3.18.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e departamento conta movimento.

Mensuração subsequente: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18.3 Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não opera com instrumentos derivativos.

3.19. Tributos e Contribuições

A Entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais. No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, art. 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN RFB 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme Incisos I e II, art. 46 deste Decreto, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

Em dezembro/2020, o Sesi DR/SE impetrou junto à União Federal, Ação Ordinária com pedidos de repetição do indébito com tutela provisória de urgência, conforme processo nº 0805791-48.2020.4.05.8500. A presente ação demanda para que seja reconhecida a ausência de relação jurídico-tributária do autor na arrecadação das contribuições sociais, em especial, as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II, III e IV da Lei nº 8.212/91 e a Contribuição para o Programa de Integração Social- PIS. Os valores discutidos encontram-se judicialmente depositados.

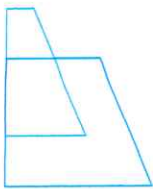
3.20. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.





3.21. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a Entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a Entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Caixa	12.250,00	-
Caixa	12.250,00	-
Banco do Brasil	7.445,82	11.076,02
Caixa Econômica Federal	97.368,84	74.006,63
Conta Movimento	104.814,66	85.082,65
Banco do Brasil CDB DI	8.970.984,82	9.263.020,53
Caixa Econômica Federal RDB/CDB	199.594.626,85	170.379.369,97
Aplicações CDB/RDB	208.565.611,67	179.642.390,50
Disponível	208.682.676,33	179.727.473,15

As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, mantidas no Banco do Brasil e na CEF, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas operações são remuneradas às taxas médias do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Créditos a receber

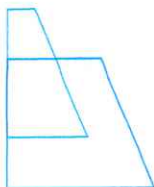
Os valores a receber da Entidade estavam assim compostos:

Créditos a Receber	2022	2021
Clientes (i)	18.644.334,75	15.901.397,96
(-) Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa (ii)	(1.021.841,56)	(417.152,92)
Adiantamentos a Empregados (iii)	104.118,06	128.917,67
Adiantamentos Concedidos	-	1.583,80
Departamento Conta Movimento (iv)	3.218.705,85	2.923.003,88
Contas Correntes Ativas (v)	202.329,41	1.018.012,89
Total	21.147.646,51	19.555.763,28

Estes créditos a receber, decorrentes de operações de prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e lazer com os clientes pessoas físicas e jurídicas, são registrados pelo valor original de realização.

(i) A conta de clientes são valores a receber decorrentes de transações usuais e de provisões apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas mensalmente pelo valor do serviço no período que efetivamente foram prestados e as receitas de contribuição são registradas mensalmente com base nos valores informados pela área de Arrecadação.





(ii) O valor do saldo da conta redutora dos Créditos a Receber denominada Provisão para Perdas de Recebimentos de Crédito (PDD) foi registrado com base nos saldos dos clientes inadimplentes com um período superior a 181 dias do encerramento do exercício. Todos os títulos da carteira de recebíveis vencidos há mais de 540 dias, os quais tenham se esgotados todas as tentativas de cobrança foram baixados contabilmente.

(iii) Os adiantamentos a empregados se refere basicamente a adiantamentos de férias, despesas de viagens concedidos aos colaboradores.

(iv) As operações com os Departamentos Nacional e Regional são oriundas das contribuições sociais compulsórias, auxílios financeiros e reembolso de despesas (cobrança por aviso de lançamento). Consolida as operações de contas correntes com os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional, representando os serviços efetuados entre as Entidades do Sistema Indústria.

(v) As transações em contas correntes ativas são representadas por operações entre as Entidades do Sistema FIES compostas pela Federação das Indústrias de Sergipe, SENAI, Sesi e IEL.

5.1 Clientes

A conta de clientes apresentou o seguinte saldo:

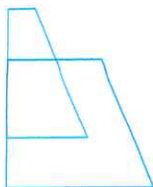
	2022	2021
CAT Carlos Cruz - Roberto Simosen	4.359.141,81	3.157.525,73
CAT Paulo Figueiredo	1.586.990,47	1.584.964,59
Escola Ensino Fund. e Médio do Sesi - JBR	1.968.180,10	1.896.240,83
Centro Educacional Sesinho	1.227.997,68	1.084.047,42
CAT CEFEM	5.075.154,45	5.562.393,39
Complexo Desportivo do Sesi	-	274,38
Ginásio de Esporte Augusto Franco - Aracaju	957,10	158,29
Ginásio de Esporte Augusto Franco - Itabaiana	1.044,59	1.113,36
Centro de Saúde Maria Virginia L. Franco	62,36	214,32
Clientes RM	75.815,19	34.391,47
Sesinho - Núcleo I - Gin. A. Franco	2.332.041,10	1.173.445,23
Clientes Multas Contratuais	39,60	39,60
Clientes Devedores Duvidosos	1.021.841,56	417.152,92
Cartão de Crédito	995.068,74	989.436,43
Total	18.644.334,75	15.901.397,96

5.2 Adiantamentos a empregados

Os adiantamentos a empregados tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Adiantamentos de Salários	239,62	3.500,00
Adiantamentos de Férias	103.878,44	125.417,67
Total	104.118,06	128.917,67





5.3 Departamento conta movimento

Esse subgrupo apresentava o seguinte saldo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
DN Sesi AL's	70.374,24	-
DN Arrecadação Direta	-	18.277,26
DN Arrecadação Indireta	1.691.836,13	1.491.235,57
DN Subvenção Ordinária	916.151,14	805.911,13
DN Subvenção Especial	540.344,34	607.579,92
Total	3.218.705,85	2.923.003,88

5.4 Contas correntes ativas

O saldo desse subgrupo era:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FIES	12.501,05	8.490,24
IEL	158.172,01	189.280,69
SENAI	31.656,35	820.241,96
Total	202.329,41	1.018.012,89

6. Depósitos para recursos judiciais e provisões judiciais

Os depósitos e as provisões judiciais estavam assim compostas:

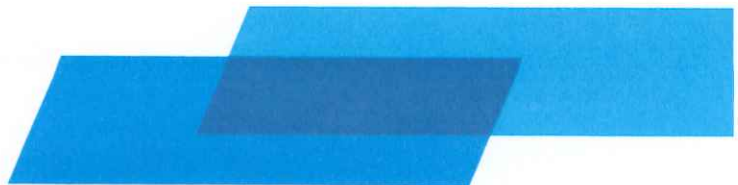
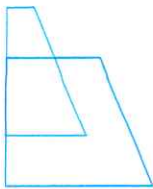
<u>Depósitos para recursos judiciais e provisões judiciais</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contingências Trabalhistas (a)	1.445.892,43	1.221.578,97
Contingências Tributárias (b)	8.200.131,45	4.303.577,40
Contingências (i)	9.646.023,88	5.525.156,37
(-) Depósitos Judiciais (a)	(547.183,64)	(591.823,68)
(-) Depósitos Judiciais (b)	(8.232.738,68)	(4.303.577,41)
(-) Depósitos Judiciais (ii)	(8.779.922,32)	(4.895.401,09)
Total	866.101,56	629.755,28

(i) Constituídas com base na avaliação das assessorias jurídicas. A Entidade registrou contabilmente as ações em curso com probabilidade de perdas prováveis levantadas em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Nos depósitos judiciais vinculados às provisões passivas há montante de R\$ 8.232.738,68 referente ao processo tributário do INSS Patronal e PIS s/ Folha de Salários. A Entidade ajuizou uma ação contra a União Federal, conforme processo nº 0805791-48.2020.4.05.8500, para que seja reconhecida a ausência de relação jurídico tributária, para suspensão da arrecadação das contribuições sociais para a seguridade social, em especial:

- Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II, e III da Lei nº 8.212/91; e
- Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS incidentes sobre a folha de salários.





Os recolhimentos desse tributos foram realizados através de depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possui contingências de natureza cível qualificadas como sendo de perda possível no montante de R\$ 352.402,79.

7. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

IMOBILIZADO	Custo 2021	Tx % a.a.	Moviment. Adições	Baixas/Transf.	Custo 2022	Depreciação Acumulada	Valor Residual 2022
Terrenos	88.380.002,00	0%	-	-	88.380.002,00	-	88.380.002,00
Prédios	58.028.311,86	2%	-	-	58.028.311,86	(4.307.640,21)	53.720.671,65
Construção em andamento	2.766.298,97	0%	479.056,33	-	3.245.355,30	-	3.245.355,30
Mobiliário em Geral	2.688.307,40	10%	376.473,20	140.774,13	2.924.006,47	(2.331.222,05)	592.784,42
Disco, Fono, Filme e Pinaco	2.299,00	10%	-	-	2.299,00	(2.299,00)	-
Instrumentos Musicais	5.702,55	10%	-	-	5.702,55	(5.702,55)	-
Veículos	2.885.375,00	20%	231.190,00	88.530,00	3.028.035,00	(2.649.956,89)	378.078,11
Máquinas e Equipamentos	1.907.873,03	10%	111.625,60	71.116,99	1.948.381,64	(1.507.509,58)	440.872,06
Equip. Médicos e Cirurgicos	408.426,24	10%	-	-	408.426,24	(365.868,32)	42.557,92
Equip. de Informática	8.345.696,18	20%	373.456,56	107.875,58	8.611.277,16	(6.218.816,49)	2.392.460,67
Equip. Esportivos e Artísticos	437.977,74	10%	-	-	437.977,74	(292.981,21)	144.996,53
Equip. de Comunicação	87.559,40	10%	-	950,00	86.609,40	(75.209,95)	11.399,45
TOTAL	165.943.829,37		1.571.801,69	409.246,70	167.106.384,36	(17.757.206,25)	149.349.178,11

Os bens do imobilizado foram registrados pelo valor de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas mensalmente pelo método de quotas constantes conforme taxa de depreciação dos bens que relaciona, previstas na legislação fiscal e política de patrimônio. As obras em andamento são incorporadas ao imobilizado quando de sua conclusão e/ou início de operacionalização. Durante o exercício de 2022 não houve mudanças nos critérios de métodos e taxas utilizados.

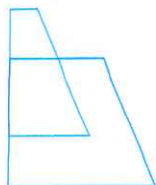
Em dezembro de 2019, a Entidade procedeu a reavaliação dos bens imóveis nas classes terrenos e prédios de seu ativo imobilizado. De acordo com o laudo técnico da empresa contratada SGL Avaliações, Perícias e Engenharia Ltda., o valor justo de terrenos e edificações (prédios) foi determinado a partir de evidências baseadas no mercado por meio de avaliações. A empresa contratada realizou pesquisas de preço no mercado, considerando a natureza e condições desses bens, utilizando-se de método específico. Em virtude da reavaliação houve o aumento nos valores dessas classes de ativo (terrenos e prédios) e foi contabilizado diretamente à conta de reservas de reavaliação no patrimônio líquido. Enquanto o ativo é utilizado pela Entidade, parte da reserva é transferida para o resultado acumulado. Nesse caso, o valor da reserva de reavaliação a ser transferido é a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil reavaliado do ativo e a depreciação que teria sido reconhecida com base no custo histórico original do ativo. As transferências da reserva de reavaliação para o resultado acumulado não transitam pelo resultado do período.

8. Contas a pagar

No contas a pagar são registrados os valores das obrigações de repasses a terceiros como: FIES, SENAI e IEL.

Contas a Pagar	2022	2021
Terceiros - Pessoas Físicas e Jurídicas	1.160.142,24	1.019.527,43
Total	1.160.142,24	1.019.527,43





9. Fornecedores

São registrados as obrigações provenientes da aquisição de bens e serviços utilizados e/ou consumidos pela Entidade.

Fornecedores	2022	2021
Fornecedores- Pessoas Jurídicas	538.333,96	633.798,68
Total	538.333,96	633.798,68

10. Impostos, taxas e contribuições a recolher

As obrigações com impostos, taxas e contribuições estavam assim representadas:

Impostos, taxas e contribuições a recolher	2022	2021
Imposto de Renda	126.208,84	117.820,19
Retenção PIS/COFINS/CSLL	34.004,64	32.501,19
ISS	25.040,92	20.214,18
INSS s/ Serviços Prestados	47.914,42	37.299,83
Total	233.168,82	207.835,39

11. Salários e encargos a pagar

Salários e Encargos a Pagar	2022	2021
Salários	-	6.896,57
INSS s/ Folha	123.488,14	105.661,74
FGTS	172.487,89	155.403,02
Total	295.976,03	267.961,33

12. Férias, 13º Salário e encargos

O subgrupo é composto pelas provisões de férias e seus encargos

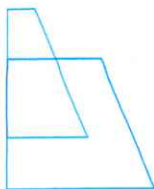
Férias, 13º Salário e Encargos	2022	2021
Férias	1.748.850,12	1.505.473,93
INSS	367.255,60	316.146,91
FGTS	139.904,98	120.408,85
PIS	17.485,50	15.052,35
Total	2.273.496,20	1.957.082,04

13. Convênios – Arrecadação direta

Refere-se a parcela de 25% do Departamento Nacional do Sesi, oriundos das contribuições da arrecadação direta (termo de cooperação) recebida pelo Sesi Departamento Regional de Sergipe.

Convênios - Arrecadação Direta	2022	2021
Convênios - Arrecadação Direta	596.425,52	601.921,68
Total	596.425,52	601.921,68





14. Contas correntes passivas

Referem-se aos recursos recebidos do Departamento Nacional do Sesi, para a execução de projetos, sejam eles estratégicos ou específicos, com a finalidade de alcançar os seus objetivos e suas metas.

Contas correntes passivas	2022	2021
Projeto Promoção a Saúde	497.058,31	454.191,51
Projeto 278539 Subvenção Extraordinária 2018	-	272.531,18
Projeto 328370 Subvenção Extraordinária 2020	-	1.501.795,98
Projeto 330937 Subvenção Extraordinária 2021	14.313,00	91.313,00
Projeto 330984 Subvenção Extraordinária 2019	339.004,56	-
Projeto 332076 Alinhar Sesi	138.545,00	-
Projeto 332330 Sistema Inf. Gestão de Riscos	25.740,00	-
Total	1.014.660,87	2.319.831,67

15. Outras obrigações

As outras obrigações são os registros de consignações a pagar oriundas da folha de pagamento e o faturamento futuro são valores das mensalidades da educação contabilizadas pelo regime de competência.

Outras obrigações	2022	2021
Consignações a Pagar	-	34.713,79
Faturamento Prestação de Serviços Futuros (i)	10.367.450,00	7.477.946,93
Total	10.367.450,00	7.512.660,72

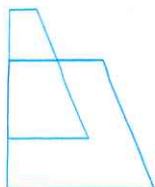
A conta de faturamento para a prestação de serviços futuros apresentava o seguinte saldo:

	2022	2021
CAT CEFEM	2.802.285,00	2.563.917,50
CAT CC - Roberto Simonsen	2.711.555,00	1.623.599,00
Centro Educacional Sesinho	656.910,00	483.703,43
CAT Paulo Figueiredo	1.111.650,00	961.096,00
Escola Ensino Fund. e Médio do Sesi - JBR	1.192.015,00	1.012.623,00
Sesinho Anexo Gin. A. Franco	1.893.035,00	833.008,00
Total	10.367.450,00	7.477.946,93

16. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido estava representado pelo patrimônio social, resultado do exercício e a reserva de reavaliação.





Patrimônio Social	2022	2021
Patrimônio Social	206.374.925,05	188.640.277,90
Superávit do Exercício	27.222.172,63	16.671.439,27
Reserva de Reavaliação	129.242.066,51	130.305.274,39
Total	362.839.164,19	335.616.991,56

	2022	2021
Receitas Correntes	74.463.083,15	56.291.402,82
Receitas de Capital	861.577,68	2.983.600,66
Despesas Correntes	(45.550.089,34)	(40.031.988,48)
Despesas Capital	(1.494.373,65)	(4.985.359,95)
Superávit Orçamentário (a)	28.280.197,84	14.257.655,05
Varição Patrimonial / Financeira		
Varição Patrimonial Ativa	1.817.127,76	5.100.178,92
Varição Financeira Ativa	3.859.703,42	1.518.372,65
Varição Patrimonial Passiva	(2.946.660,06)	(2.240.878,28)
Varição Financeira Passiva	(3.788.196,33)	(1.963.889,07)
Déficit / Superávit Financeiro (b)	(1.058.025,21)	2.413.784,22
Superávit do Exercício (a) + (b)	27.222.172,63	16.671.439,27

17. Receitas de contribuições

As receitas de contribuições estavam compostas da seguinte forma:

Receitas de Contribuições	2022	2021
Diretas	9.013.382,10	8.756.344,57
Indiretas	12.659.184,34	11.187.111,13
Total	21.672.566,44	19.943.455,70

18. Receitas patrimoniais

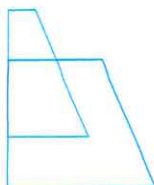
As receitas financeiras contemplam as receitas e apropriações mensais dos recursos provenientes de locação de imóveis, arrendamento e das aplicações financeiras (juros e caderneta de poupança).

Receitas Patrimoniais	2022	2021
Receitas Imobiliárias	171.119,00	145.512,54
Receitas de Valores Mobiliários	22.034.202,74	7.415.969,34
Total	22.205.321,74	7.561.481,88

19. Receitas de serviços

As receitas de serviços são constituídas pela prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e lazer.





Receitas de Serviços e Vendas	2022	2021
Serviços de Saúde	242.806,24	184.383,86
Serviços Educacionais	17.216.477,73	16.168.202,43
Serviços de Lazer	1.204.771,22	955.083,50
Total	18.664.055,19	17.307.669,79

20. Outras receitas correntes

As outras receitas correntes são provenientes das receitas com multas e juros de mora obtidos, descontos obtidos, indenizações e restituições e auxílios financeiros.

Outras Receitas Correntes	2022	2021
Recuperação de Despesas	47.573,08	65.088,47
Multas e Juros de Mora	298.242,68	384.275,61
Descontos Obtidos	3.529,16	-
Total	349.344,92	449.364,08

21. Transferências correntes - Receitas

As receitas de transferências correntes foram:

Transferências Correntes	2022	2021
Subvenções Ordinárias	6.397.479,32	5.587.571,66
Subvenções Especiais	3.945.461,95	4.135.022,31
Apoios Financeiros à Projetos Estratégicos	165.535,60	19.159,00
Incentivo à Produção	1.063.317,99	1.287.678,40
Total	11.571.794,86	11.029.431,37

22. Despesas de pessoal e encargos

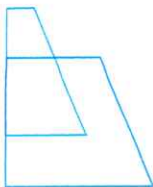
As despesas com pessoal e encargos sociais são referentes às remunerações das pessoas que integram o quadro de funcionários, empregados temporários, e com o pagamento dos encargos trabalhistas e assistenciais pertinentes.

Despesas de Pessoal e Encargos	2022	2021
Ordenados e Salários	14.796.887,47	14.010.964,47
Encargos Trabalhistas	9.416.283,20	8.327.776,58
Encargos Assistenciais	117,50	-
Bolsas e Estágios	145.816,00	107.522,99
Total	24.359.104,17	22.446.264,04

23. Transferências correntes - Despesas

As despesas com transferências correntes estavam compostas da seguinte forma:






Outras Despesas Correntes	2022	2021
Contribuição CNI/Federações	1.517.079,65	1.396.041,89
Contribuição IEL Nacional/Regionais	653.062,68	634.286,28
Total	2.170.142,33	2.030.328,17

24. Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade da Entidade.

Seguradora	Tipo do bem	Modalidade	Vigência	Importância segurada
Porto Seguro Auto Frota	Móvel	Convencional	20/05/2021 a 20/05/2022	100% FIPE
Porto Seguro Auto Frota	Móvel	Convencional	20/05/2022 a 20/05/2023	100% FIPE

Aracaju, 31 de dezembro de 2022.


Eduardo Prado de Oliveira
Diretor Regional
SESI-DR/SE


Carlos Henrique Oliveira de Jesus
Contador
CRC/SE 004492/O-9

